

**FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO
NORTE**

**PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL: EVOLUÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL E
PERSPECTIVAS**

LIDIANE ALVES UCHÔA

Natal, Dezembro de 2008

LIDIANE ALVES UCHÔA

PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL: EVOLUÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL E
PERSPECTIVAS

Monografia do Curso de Pós-Graduação
MBA em Gestão Financeira (Turma 2) da
Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Especialista em Administração
Financeira.

Orientador: Prof. Aluísio Alberto Dantas,
MSc.

Natal, dezembro de 2008

Dedico este trabalho aos meus pais
e ao meu filho João Victor.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo mostrar todo o histórico percorrido da previdência privada no Brasil. Justifica-se esse estudo devido a crise vivida no país com a previdência social, ao crescimento dos planos de previdência privada e compreender as estratégias competitivas das empresas que atuam nas vendas desses planos. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas e de pesquisas pela Internet. Os principais resultados obtidos referem-se a demonstração contínua do crescimento da previdência privada no país, o perfil dos brasileiros que aderem a esse tipo de produto, as perspectivas futuras desses planos de previdência e em que tipo de investimentos são aplicados os recursos destes. A pesquisa conclui que esse tema é bastante atual, demonstra bem a fragilidade do Estado perante a aposentadoria dos brasileiros e que estes passam a perceber cada vez mais o significado da previdência privada.

Palavras chaves: Previdência Social, Previdência Privada, Concorrência, Fundos de Investimentos.

ABSTRACT

The study aims to show the entire history of private pension traveled in Brazil. It is this study because the crisis experienced in the country with welfare social, the growth of private pension plans and understand the competitive strategies of companies that work in the sales of plans. The study was developed from bibliographic seachers and seachers the internet. The main findings concern is the demonstration of the continuing growth in the private provident father, the profile of brazilians who adhere to this type of product, the future prospects of such plans and welfare in kind of investments are applied the resources. A research concludes this topic and quit current, shows the fragility of the state before the investments of brazilians and they become increasingly understand the meaning of the private persion.

LISTA DE SIGLAS

ANAPP – Associação Nacional de Previdência Privada

CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre

SUSEP- Superintendência de Seguros Privados

VGBL- Vida Gerador de Benefício Livre

ANBID- Associação Nacional dos Bancos de Investimentos

GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Expectativa de vida dos brasileiros

Gráfico 2 – Ranking Previdência Privada

Gráfico 3 – Ranking dos planos PGBL

Gráfico 4 – Ranking dos planos VGBL

Gráfico 5 – Ranking dos planos empresariais

Gráfico 6 – Ranking dos planos para menores de idade

Gráfico 7 – Ranking dos planos para menores de idade em 2004

Tabela 1 – Percentuais e taxas de carregamento

Tabela 2 – Tributação da Previdência Privada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto e colocação do problema

1.2 Objetivos

1.3 Justificativa

2 REVISÃO DA LITERATURA

3 METODOLOGIA

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

REFERÊNCIAS

ANEXO

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo está organizado em três partes. Na primeira, baseada em pesquisas bibliográficas, resgata-se alguns aspectos históricos sobre a Previdência Social no Brasil, focalizando suas trajetórias, características históricas e evolutivas.

A segunda parte está direcionada para o conhecimento do mercado da previdência privada brasileira, com todo um histórico, além de uma importante demonstração sobre a participação dos fundos de investimentos nesse setor.

Na terceira parte demonstra-se a importância de se obter os planos de previdência privada, levando-se em conta o fator credibilidade e confiança que se deve ter na hora de escolher a instituição. Além disso, as vendas dos planos para empresas, adultos e crianças e o que se espera para esse setor aqui no Brasil. No final das análises, foram feitas algumas considerações que apontam para as conclusões sobre o estudo realizado.

Além das ações citadas, o presente trabalho identificará as maiores empresas da previdência privada brasileira, suas estratégias competitivas, bem como os perfis de investimentos que recebem as aplicações dos contribuintes que aplicam nos planos de previdência privada. O estudo é encerrado com a descrição analítica da atual crise do capitalismo financeiro e respectivo impacto na previdência privada e o futuro cenário deste setor.

1.1. Contexto e colocação do problema

Aposentadoria é o direito que tem o contribuinte de retirar-se da atividade profissional e passar a receber um pagamento periódico por conta da instituição previdenciária. Esse afastamento ocorre quando o contribuinte não pode mais trabalhar, por invalidez ou velhice; ou depois que houver exercido, por longo tempo, fixado por lei, sua atividade profissional. (Sandroni, 1994:15).

A aposentadoria é vista como a hora da retribuição ao trabalho e aos desgastes da vida produtiva; e como um prêmio a quem cumpriu suas funções na sociedade e conquistou o merecido direito de descansar (Del Caro, 2004). Diversos são os conceitos de vários autores do que venha a ser definido como "aposentadoria". Porém, o cenário da interpretação é o mesmo, se caracterizando como descanso, prêmios, retribuição, direitos, entre outros.

Os dois sistemas universalmente conhecidos para realizar esse tipo de contribuição são o da previdência pública e o da previdência privada. No primeiro caso, baseado em um sistema de repartição simples, de caráter solidário, as contribuições arrecadas são utilizadas para pagamentos de aposentadorias e diversos tipos de benefícios, segundo princípios de equidade redistributiva aprovados pelo Estado. No segundo caso, fundamentado em um sistema de capitalização, cada contribuinte assegura a sua própria aposentadoria, mediante o pagamento de parcelas, à semelhança de uma poupança que é remunerada ao longo do tempo de contribuição para ser resgatada no momento da aposentadoria (UCHÔA, 2005:1).

Nessa linha de raciocínio, o presente estudo monográfico procura responder ao seguinte questionamento: quais são os elementos históricos e estruturais da previdência social do Brasil que justificam a dinâmica da previdência privada frente à atual crise do capitalismo financeiro?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Diagnosticar o contexto estrutural e dinâmico da previdência privada do Brasil.

1.2.2. Objetivos específicos

- a) Resgatar o histórico da previdência social do Brasil;
- b) Descrever o atual quadro da previdência privada do país;
- c) Formular cenários da previdência privada brasileira considerando a crise atual do capitalismo financeiro.

1.3. Justificativa

O capitalismo contemporâneo vem atravessando mudanças estruturais de forte impacto nas decisões de consumo e de investimento, quaisquer que sejam as ações definidas no curto, médio e longo prazos. Essas mudanças passam por situações de normalidades e de crises, em diferentes períodos, cujo contexto é normalmente centrado no comportamento do capitalismo financeiro da atualidade.

Pretende-se com o presente estudo resgatar o histórico da previdência social no Brasil e, em seguida, mostrar a situação atual e perspectivas da previdência privada do país. Tratando-se de tema relacionado à área de

economia financeira, a pesquisa focaliza a dinâmica da previdência sob a lógica do comportamento do capitalismo financeiro no cenário da atual crise financeira norte-americana.

Justifica-se o estudo considerando a sua importância na identificação das maiores empresas da previdência privada brasileira, suas estratégias competitivas; bem como os perfis de investimentos que recebem as aplicações dos contribuintes que aplicam nos planos de previdência privada. Além disso, a pertinência da atualidade em demonstrar cenários desse setor, frente à atual crise mundial do capital financeiro. Em vista disso, o presente trabalho identificará as maiores empresas da previdência privada brasileira, suas estratégias competitivas, bem como os perfis de investimentos que recebem as aplicações dos contribuintes que aplicam nos planos de previdência privada. Além disso, procurar demonstrar o futuro cenário deste setor.

1.4. Metodologia

O procedimento metodológico constituiu-se na utilização de pesquisas documental e bibliográfica. No entanto, o uso da internet foi de suma importância para a elaboração do trabalho, visto que algumas informações de difícil acesso bibliográfico e documental, consideradas imprescindíveis para uma abordagem mais completa do setor de Previdência Privada do Brasil foram adquiridas por meio da internet.

2 BREVE HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O presente estudo acadêmico está voltado para a análise crítica da previdência social no Brasil, centrada principalmente no modelo instituído a partir da constituição de 1988. O texto resgata a estrutura formal de funcionamento da previdência social do Brasil e contempla, de forma analítica, as principais causas de desequilíbrio do regime previdenciário público do país.

Enfatiza-se, ao longo do estudo, os fatores determinantes da evolução e consolidação da nossa previdência privada, descrevendo-se as suas diversas modalidades, formas de arrecadação, regimes tributários e, principalmente, os fundos de investimentos disponíveis no Brasil e relacionados à previdência privada nacional.

O estudo parte do reconhecimento universal da cidadania, enquanto direito do cidadão e dever do estado, ao nível de vida digna, principalmente quando, por circunstâncias independentes de sua vontade, como o desemprego, acidentes de trabalho, enfermidades ou invalidez. A cidadania, enquanto direito universal, fez desenvolver-se no mundo inteiro os sistemas de previdência.

A pesquisa sobre a trajetória histórica da previdência social no Brasil indica que a mesma se deu nos tempos coloniais com os abrigos de idosos e santas casas de misericórdia, todos de natureza filantrópica. No entanto, o sistema previdenciário brasileiro só foi regulamentado em 1923, com a lei originada de projeto do deputado federal Eloy Chaves, com o objetivo de

estabelecer uma ajuda mensal aos trabalhadores, após o período de vida ativa nas empresas ou em decorrência de doença. Naquele período se originaram as primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), inicialmente formadas por funcionários das empresas ferroviárias, em caráter privado, e, posteriormente, pelos portuários, telégrafos e outras categorias profissionais (UCHÔA, 2005: 2).

Mesmo que o Sistema Previdenciário do Brasil tenha sido regulamentado a partir da lei Eloy Chaves, foi somente no governo do presidente Vargas que esse sistema passou a ser mais completo. O então presidente revelou uma excepcional capacidade para liderar o novo proletariado urbano, fazendo-lhe algumas concessões como a criação do salário mínimo e as ampliações da Assistência Social, destacando-se a reestruturação do departamento Nacional da Previdência Social, o aprimoramento dos técnicos desse departamento e a elaboração da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) na qual Vargas depositava todas as suas manifestações de esperanças para a realização de uma reforma no sistema previdenciário. Com isso, o presidente pretendia realizar a partir dessa nova Lei a uniformização dos benefícios e da arrecadação; a definição do âmbito da Previdência Social, incluindo nela todos os que exercem atividades remuneradas, exceto os trabalhadores rurais, os domésticos e os funcionários públicos, os quais, não possuíam nenhuma força política. No entanto, foi somente em 1960 que a Lei Orgânica da Previdência Social foi promulgada (UCHÔA: 2005,3).

No decorrer dos anos, o sistema previdenciário do Brasil passou por diversas mudanças tais como a ampliação da cobertura a um número maior de

trabalhadores de diferentes classes sociais, garantindo a reposição da renda aos segurados e suas famílias no caso de idade avançada ou de incapacidade para o trabalho, em decorrência de invalidez, acidente ou morte (UCHÔA, 2005:3).

Alem da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, foi criada no mesmo ano a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e o Sistema Nacional de Seguros Privados, informando as primeiras regulamentações das operações das entidades de Previdência Privada abertas (ANAPP).

Apesar de ter sido em 1974 a criação da ANAPP – Associação Nacional de Previdência Privada, a regulamentação do Sistema de Previdência Privada do Brasil só ocorreu em 15 de julho de 1977 por meio da lei de número 6435, que teve como objetivo fixar uma base para que esse tipo de Previdência desempenhasse da melhor forma a função para a qual foi elaborada, conscientizando cada vez mais as pessoas da sua importância e dos seus benefícios. Essa Associação conta com várias instituições filiada por todo o Brasil, o que favorece nesse setor um processo de concorrência competitivo, fazendo com que essas instituições se utilizem de estratégias como marketing, pesquisa de mercado, capacitação de funcionários, entre outros, afim de que possam conquistar sempre mais clientes (UCHÔA, 2005:3).

Literatura especializada na apresentação de sínteses de eminentes doutrinadores destaca que, por Seguridade Social, se há de entender “o conjunto de medidas obrigatórias, cujo objetivo é proteger, indistintamente a todo indivíduo e sua família, das conseqüências de uma inevitável calamidade

socioeconômica, como implícito na Declaração Universal dos Direitos do Homem.” (CHAN, SILVA E MARTINS, 2005 : 2).

O presidente Getúlio Vargas se manifestou de forma positiva em relação às políticas sociais, também conhecidas como políticas de progresso ou de bem estar social. O combate à exploração do povo, a prestação de contas à população e a preocupação com as medidas que deveriam ser colocadas em prática, foram os principais temas de seus pronunciamentos aos trabalhadores. A Previdência Social, no período Vargas, foi a principal forma de assistência social de caráter público do país (SOUZA,2001:150).

Em 1930, no dia 26 de novembro, ocorreu a fundação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pelo decreto de Nº 19433. Nesse período, as categorias profissionais começaram a se organizar para a criação de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Não se restringindo apenas aqueles com vínculo a determinada empresa e sim ampliando o acesso a determinadas categorias profissionais (SOUZA,2001:150).

.A política de proteção ao trabalhador, própria de uma economia que se industrializava e se urbanizava a taxas aceleradas, tornava-se imediata e indispensável. Em 1940 foi instituído o salário mínimo e a consagração de certos direitos dos trabalhadores, como férias e o décimo terceiro salário, embora não existissem políticas de emprego e de abastecimento, consideradas indispensáveis naquelas circunstâncias (SOUZA, 2001: 150).

Como já foi dito anteriormente, o presidente Getúlio Vargas priorizava bastante em seu governo a assistência social. Com isso, em 1952 reestruturou

ainda mais a Previdência Social do país com a elaboração da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). O presidente pretendia realizar, a partir dessa nova Lei, a uniformização dos benefícios e da arrecadação; e, a definição do âmbito da Previdência Social, incluindo nela todos os que exerciam atividades remuneradas, exceto os trabalhadores rurais, os domésticos e os funcionários públicos, os quais, não possuíam nenhuma força política suficiente para mudar as regras da previdência. Como consequência, foi somente em 1960 que a Lei Orgânica da Previdência Social foi promulgada (RUSSOMANO, 2000: 38).

Em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), composto de seis Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Posteriormente, em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), ao qual passou a ser vinculado o INPS, que antes era vinculado ao Ministério do Trabalho. Em 1977, o INPS foi desmembrado e passou a ser composto por três órgãos: o INPS, propriamente dito, responsável pela realização do pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais; o Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS), responsável pelo recolhimento dos recursos para o INPS; o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), responsável pela administração dos sistema de saúde; e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), responsável pela realização da assistência social à população carente (RUSSOMANO, 2000: 38).

2.1 As mudanças estruturais da previdência social com a Constituição Cidadã de 1988

No Brasil, a previdência social teve início na década de 20 e era restrita a algumas categorias mais organizadas; a mesma caminhou na direção da sua universalização, assumindo encargos crescentes e diversificados que ocasionou uma relação inversa entre o número de contribuintes e os benefícios concedidos (WESTENBERG E PEREIRA,2005:3).

Como foi observado, o sistema previdenciário brasileiro se iniciou com a criação das CAPs, utilizando-se do sistema de capitalização que posteriormente foi substituído pelo sistema de repartição. Atualmente o sistema previdenciário no Brasil utiliza os dois sistemas, isto é, o de repartição e o de capitalização, nos quais a população ativa financia, com suas respectivas contribuições, as aposentadorias dos inativos, mediante pagamento de contribuições ao Estado que administra o sistema, bem como as suas próprias aposentadorias, mediante pagamento de contribuições aos fundos de pensão privados.

Com a Constituição de 1988 o governo brasileiro passou a ter mais obrigações com a sociedade do que essa em relação ao governo. Ou seja, a Constituição foi elaborada com uma preocupação de garantir um maior acesso das diferentes classes sociais e trabalhistas aos benefícios do governo, não viabilizando as fontes necessárias para que fossem atingidos esses objetivos.

A nova Constituição definiu o piso de um salário mínimo tanto para a população urbana, como para a população rural, expandiu a aposentadoria

proporcional para mulheres e reduziu 5 anos da idade para a concessão de aposentadoria por velhice aos trabalhadores rurais. Como consequência, as despesas foram duplicadas já que, os trabalhadores do campo, por exemplo, que recebiam apenas metade de um salário mínimo, passaram a receber o salário mínimo total.

A magnitude dos problemas da previdência social brasileira, pode ficar mais evidente com a demonstração de alguns resultados. Em 2002, foram pagos cerca de 21 milhões de benefícios, sendo 14,3 milhões para área urbana e 6,9 milhões para a área rural. Favorecendo com isso, um crescimento de 38,6% na quantidade de benefícios pagos em relação ao ano de 1994 que somou um total de 15,2 milhões.

2.2 Análise do desequilíbrio da previdência social do Brasil

O desequilíbrio orçamentário e financeiro do sistema previdenciário público do Brasil vem ocorrendo há anos, decorrente do excesso de suas despesas sobre as respectivas receitas. Esse desequilíbrio financeiro provoca contínuos déficits nos orçamentos públicos e fortes preocupações no planejamento orçamentário do governo.

A literatura voltada para o déficit do sistema previdenciário tem evoluído, fruto de pesquisas de suas causas e efeitos. Westenberger e Pereira (1997: 12

) identificaram três problemas estruturais enfrentados pelo atual formato da previdência social brasileira:

“O primeiro é o demográfico e é devido ao envelhecimento da população , causado pelo aumento da esperança de vida e pela diminuição da taxa de natalidade. O segundo é o econômico com o crescimento do trabalho informal, que acarreta na diminuição da arrecadação sobre folha de salários. E por último têm-se as inúmeras ampliações de cobertura previstas pela Constituição de 1988, sem a devida contrapartida nas receitas.”

O envelhecimento da população brasileira decorre do aumento da expectativa de vida e da redução da taxa de natalidade. Em 1930,a expectativa de vida do brasileiro era de 42 anos e em 2010 era de 66 anos.

Gráfico 1 – Expectativa de vida dos brasileiros



Fonte: MPS

Essas modificações foram resultados do avanço da medicina no Brasil, que encontrou a cura de diversas doenças que levavam a óbito centenas de

brasileiros. Além disso, o perfil da população brasileira sofreu consideráveis modificações (REZENDE, 2001: 368).

O envelhecimento da população favoreceu a queda do número de contribuintes e o aumento do número de benefícios concedidos. Sendo de extrema importância o equilíbrio entre essa relação para o bom funcionamento do sistema de repartição simples. (GAMBIAI,2000).

A redução na participação dos trabalhadores com carteira assinada, a elevação do trabalho informal e por conta própria, são fatores que também tiveram suas respectivas contribuições no desequilíbrio atual do sistema previdenciário. Entre 1994 e 1997, o rendimento médio real dos empregados por conta própria e sem carteira assinada cresceram respectivamente 29,5% e 25,2%, contra o percentual de crescimento de 11,7% sobre os trabalhadores com carteira assinada no mesmo período(REZENDE,2001:367).

No ano 2000, o percentual de trabalhadores com carteira assinada era de 43,6%, sem carteira assinada 27,5%, por conta própria 23,3% e empregador 4,5%.(CHAN,SILVA E MARTINS,2005:9)

Devido as mudanças constitucionais, em pouco mais de uma década, o total de benefícios pagos expandiu 72,4%, do ano de 1988 até 2001. Com os sucessivos déficits acumulados, desequilibraram as contas públicas, limitando a capacidade de investimento do Estado. Em consequência, houve uma elevação no nível de incerteza da população quanto aos benefícios futuros de aposentadoria a serem recebidos, devido a dificuldade financeira no presente (REZENDE,2001).

A necessidade de se ter uma renda complementar é crescente, a medida que ocorre a redução dos parâmetros dos benefícios com a aposentadoria que favorece a redução da qualidade de vida (MAIA,2001).

A queda do crescimento econômico é também uma importante causa. Entre 1995 e 1998 a taxa de crescimento do PIB foi bastante irregular. Com uma média anual no período de 2,7 %, o desempenho ocorrido em 1995 (4,2%) não se repetiu nos anos seguintes, culminando com a estagnação econômica em 1998 (5%). O baixo crescimento no período contribuiu para aumentar o desequilíbrio nas contas previdenciárias (REZENDE, 2001, p. 368).

Esse conjunto de mudanças vai dar a origem do crescimento da Previdência Privada no Brasil, como será visto no próximo capítulo.

3 EVOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL

A crise da previdência pública tem contribuído para a evolução da previdência privada, enquanto um mercado em expansão, não somente na prestação dos serviços de previdência, bem como em segmento de aplicação financeira e de relevantes resultados na geração de lucros de captação e aplicação de capitais.

A sociedade produziu uma revolução na medicina que aumentou a vida do homem, mas ela não foi capaz de criar uma revolução financeira que a sustentasse com dignidade (HALFELD,2005).

A aposentadoria é vista como a hora da retribuição ao trabalho e aos desgastes da vida produtiva. E como um prêmio a quem cumpriu suas funções na sociedade e conquistou o merecido direito de descansar . Os dois sistemas universalmente conhecidos para realizar este tipo de contribuição são o da previdência pública e o da previdência privada. No primeiro caso, baseado em um sistema de repartição simples, de caráter solidário, as contribuições arrecadas são utilizadas para pagamentos de aposentadorias e diversos tipos de benefícios segundo princípios de equidade redistributiva aprovados pelo Estado. No segundo caso, fundamentado em um sistema de capitalização, cada contribuinte assegura a sua própria aposentadoria mediante o pagamento de parcelas, à semelhança de uma poupança que é remunerada ao longo do tempo de contribuição para ser resgatada no momento da aposentadoria (UCHÔA,2005).

No Brasil, o marco inicial da previdência privada ocorreu em 16 de Abril de 1904, com a fundação da Caixa de Montepio dos funcionários do Banco do

Brasil, precursora da atual Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (AFONSO, 1996).

A dificuldade que tem sido demonstrada no decorrer dos anos pelo Estado em poder proporcionar uma aposentadoria satisfatória e segura, vem impulsionando milhares de brasileiros a buscar instrumentos de proteção de natureza previdenciária, que são os diversos planos de previdência privada oferecidos por bancos e seguradoras, com o objetivo de manter na aposentadoria o mesmo ou até um melhor padrão de vida.

Com isso, no Brasil a expressão “Previdência Privada”, identifica cobrir um determinado espaço que deveria mas não foi coberto pela previdência social.

Na década de 60, surgiram as primeiras companhias de seguros que se comprometiam a pagar uma renda vitalícia aos seus contribuintes. Devido os pagamentos serem fixos, a inflação acumulada corroía o valor real dos benefícios, anulando então sua finalidade principal, devido as deficiências técnicas e uma série de fraudes envolvendo as aplicações dos contribuintes o que tornou essas companhias insustentáveis favorecendo em 1966 a criação da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, informando as primeiras regulamentações da previdência privada brasileira (ANAPP).

Procurando fortalecer o setor, em 1974 ocorreu a criação da ANAPP – Associação Nacional de Previdência Privada. Entretanto, a regulamentação do Sistema de Previdência Privada do Brasil só ocorreu em 15 de julho de 1977 por meio da lei de número 6435, que segundo seu art. 1º, as entidades de previdência privada são as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou

assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos (ANAPP).

Segundo Luiz Carlos Trabuco Cappi, vice-presidente do Banco Bradesco e ex-presidente da ANAPP, a legislação de 1977 teve fundamental importância para o setor, constituindo-se na base e instrumentalização para que a previdência privada aberta se desenvolvesse e desempenhasse efetivamente a função essencial para a qual foi planejada conquistando a partir do conhecimento e da conscientização crescente das pessoas, um número cada vez maior de beneficiários (ANAPP).

As instituições que compõem o segmento de Previdência Privada do Brasil são associadas a ANAPP e estão enquadradas na área de competência do Ministério da Fazenda e do Conselho Nacional de Seguros Privados, sendo fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que recebe os relatórios mensais das instituições filiadas contendo os valores e as aplicações dos participantes, o que lhe permite verificar o cumprimento da lei.

Além da SUSEP e da ANAPP, existe também a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, que executa as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

3.1 Modelos de previdência privada

Existem dois tipos de previdência privada. O primeiro modelo e o mais antigo é a previdência privada fechada, que é restrito a empresas e seus funcionários. O segundo modelo é a previdência privada aberta, onde qualquer cidadão pode adquirir um plano de acordo com seu perfil e necessidade. Os

bancos que são os maiores envolvidos neste setor, diversificando seus modelos de planos, formas de pagamentos e os oferecem para pessoas físicas, jurídicas, como também para o público infantil (UCHÔA,2005: 34).

São quatro os tipos de planos que compõem a previdência privada aberta. São eles (UCHÔA,2005:34):

A) Plano Tradicional de Previdência:

De forma tradicional, esse plano possui garantia de rentabilidade mínima, aplicando-o a variação do IGPM, acrescido por juro de 6% e podendo ser abatido até 12% da renda bruta na declaração do Imposto de Renda e são repassados até 80% dos rendimentos total conseguidos, sobre a taxa de carregamento que pode chegar até 10%.

B) Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI:

Constituído sob a forma de condomínio aberto e administrado por instituições financeiras ou seguradoras autorizadas pela SUSEP. Trata-se portanto, de um fundo de investimento que possui periodicidade dos depósitos bastante flexíveis.

É permitido a dedução de até 12% do rendimento bruto do contribuinte e no final do período o investidor pode sacar 100% dos recursos acumulados, sendo cobrada uma taxa de administração estabelecida pela instituição, não havendo uma rentabilidade mínima garantida.

C) Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL:

PGBL, Plano Gerador de Benefício Livre, criado em 1997 logo conquistou uma posição de destaque no setor devido a sua flexibilidade já que, o contribuinte pode optar pelo tipo de plano que melhor se adequar a sua condição financeira e indicado para pessoas que apresentam a declaração anual do IR no modelo completo onde as contribuições anuais podem ser abatidas do IR até o limite de 12% da Renda Bruta¹.

Ao aplicar em um PGBL o contribuinte deposita seus recursos e a empresa contratada aplicará estes em fundos de investimentos o que não garante ao contribuinte uma rentabilidade mínima, oferecendo ao investidor três modalidades com riscos distintos que são: PGBL Soberano, PGBL Renda Fixa e o PGBL Composto. Em qualquer uma das três modalidades, o PGBL possui a portabilidade de 60 dias, sendo cobrada a taxa de administração e a descontada sobre cada aplicação realizada pelo contribuinte.

D) Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL:

Foi colocado no mercado em 2002. Sendo bastante semelhante ao PGBL, pois permite que o investidor escolha o perfil da aplicação. A diferença, entre os dois é o tratamento tributário. O modelo VGBL é mais indicado para as pessoas que declaram IR simplificado, ou que já possuem um plano de previdência PGBL abatendo o limite de 12% da renda bruta. Apesar de ser um plano isento de tributação, haverá somente no momento do recebimento de renda ou resgate a incidência do IR sobre os rendimentos obtidos.

3.2 Indicadores financeiros da previdência privada

Os tributos e taxas da previdência privada dependem da instituição financeira, do período e valor do investimento. São duas taxas cobradas na previdência privada. A primeira delas é a taxa de carregamento, que consiste na taxa que incide sobre todos os depósitos realizados pelo contribuinte, independente da periodicidade. Como também sobre o valor do aporte efetuado no momento do seu pagamento que decresce na medida que cresce a provisão do cliente. O valor dessa taxa oscila de acordo com a instituição financeira e no caso da Brasilprev, a empresa utiliza os percentuais de acordo com a tabela abaixo e referente ao ano de 2006.

Tabela 1 – Percentuais da taxa de carregamento

Aporte Mensal, Único e Esporádico	Até R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,01 até R\$ 20.000,00	Acima de R\$ 20.000,01
50 – 299	4,0%	3,0%	2,0%
300 – 899	3,5%	2,5%	1,5%
900 – 4.999	3,0%	2,0%	1,0%
5.000 – 99.999	1,5%		1,0%
Acima de 100.000	0%		

Fonte: BrasilPrev, Jul/2008.

A segunda taxa é a de administração que se cobra sobre o valor que o cliente tem no plano, no final de cada mês representando a remuneração do administrador do fundo. Dependendo da instituição, essa taxa pode alcançar até 2%.

A previdência privada brasileira passou a seguir as normas estabelecidas de acordo com a MP209, convertida na Lei 11.053 que passou a entrar em vigor em 1º de janeiro de 2005. A tributação acontece de acordo com a tabela 2.

Tabela 2 - Tributação da Previdência Privada

	Regime Progressivo	Regime Regressivo
IR na fonte para RESGATES	Alíquota única de 15% a título	Tabela Regressiva com alíquo-
	de atencipação, com ajuste a	tas de 35% a 10%, e tributação]
	maior ou a menor na declaração	definitiva.
	do IR.	
IR na fonte para RENDA de Aposentadoria	Tabela Progressiva: Alíquotas -	Cálculo do prazo médio ponde
	isenção na fonte, 15% e 27,5%.	rado, índice expresso em anos
		que determina a faixa do IR.
Dedução das Contribuições na Declaração do IR	PGBL: Até 12% da renda total	PGBL: Até 12% da renda total
	bruta, para os valores aplicados.	bruta, para os valores aplicados.
	VGBL: Não possibilita dedução	VGBL: Não possibilita dedução
	das contribuições.	das contribuições.

Fonte: ANAPP, Jul/2008

3.3 Ranking das carteiras de investimento em previdência social

Foi verificado entre os anos de 2004 e 2005, uma cautela dos investidores e da população em relação aos planos de previdência privada devido as novas regras de tributação que entraram em vigor no dia 1º de janeiro de 2005, conforme já explicado no item anterior. Entretanto, o ano de 2006 foi de retomada para o crescimento do setor alcançando um total de reservas técnicas, que incluem os recursos acumulados pelos participantes, uma valiosa cifra de R\$ 96,6 bilhões, proporcionando um crescimento entre 2005 e 2006 de 25,2%. Sobre a carteira de investimento, foi registrado um crescimento de 25,35%, atingindo a marca de R\$ 102 bilhões. No mesmo ano de 2006, o Bradesco encerrou o ano ultrapassando o total de 38% de todos os planos vendidos naquele ano, captando uma receita de R\$ 8,7 bilhões com planos de aposentadoria, pensão e pecúlio. Sobre o produto VGBL, registrou um aumento de 19,55% em relação ao ano anterior. Com esses resultados, o banco ultrapassou a BrasilPrev Seguros e Previdência que vinha ocupando a liderança nos últimos anos. (Bradesco vida e previdência, Jan/2008).

Além da Bradesco vida e previdência, outra grande empresa do setor de previdência privada no Brasil é a BrasilPrev que foi criada em 1993. Esta, possui como o principal canal de vendas as agências do Banco do Brasil. Onde, a marca BB que coloca hoje o Banco do Brasil em um restrito grupo de empresas no Brasil que se comunicam com ícones, é sua maior aliada. Com isso, os produtos oferecidos pela empresa, tem a sua imagem diretamente ligada a marca do Banco, que é o maior acionista da BrasilPrev, detendo 49%

das ações. Os demais acionistas são: Financial Group dos EUA com 46,01% e o SEBRAE com 4%. (BrasilPrev)

3.4 O público infantil na previdência privada do Brasil

A Previdência Privada não é sinônimo de aposentadoria. Ela vai além e esta relacionada aos planos de longo prazo. Além dos produtos destinados a complementar a renda após a aposentadoria, os produtos são também destinados a custear o estudo dos filhos em virtude da lacuna deixada pelo Estado no campo da educação. (DEL CARO, 2004)

Em vista disso, os bancos apostam continuamente e de forma inovadora no público infantil, oferecendo os planos VGBL e PGBL, já que os responsáveis financeiros, adquirindo um PGBL júnior, recebem o mesmo benefício tributário dos planos de perfis PGBL para adultos.

O que modifica bastante entre as instituições são os valores das contribuições mensais. No caso da BrasilPrev, o menor valor mensal é de R\$ 25,00, no Itaú é de R\$ 100,00 e no Bradesco é a partir de R\$ 50,00. Com isso, os bancos devem se utilizar de vantagens competitivas, de um bom planejamento de Marketing empresarial e pessoal para se sobressair nesse setor tão competitivo, e com isso atrair mais clientes. Não apenas para o público infantil, mas também para os adultos.

O processo de concorrência, as estratégias competitivas utilizadas, o Marketing desenvolvido serão os assuntos do capítulo 3, que demonstrará o

que os maiores bancos do setor de previdência privada do Brasil utiliza para alavancar as vendas, permanecer a atuar de forma crescente no setor.

4. OS FUNDOS DE INVESTIMENTOS NA PREVIDÊNCIA PRIVADA BRASILEIRA

Em geral, antes de qualquer alternativa de investimento, é importante que o cliente obtenha todas as informações necessárias sobre o fundo de investimentos que podem ser de renda fixa ou variável, tendo a certeza de que o mesmo está alinhado ao seu perfil de objetivo e de risco .

O mesmo acontece com o cliente que adquire um plano de previdência privada. Este deve conhecer bem o perfil do plano que está adquirindo, como também onde os administradores e gestores do plano podem realizar as aplicações. É importante destacar que todos esses profissionais, devem atuar de acordo com o risco e a composição da carteira estabelecida pelo plano, possuindo como prioridade o perfil do cliente dessas carteiras. Com isso, se o profissional souber que o perfil da carteira é de clientes conservadores ou até mesmo moderados, o mesmo não pode realizar aplicações em fundos de ações. A não ser que exista na carteira do investidor moderado, algum percentual que possa ser aplicado nesse tipo de fundo. Caso contrário, estaria contrariando o Princípio da Objetividade, do Código de Ética e Regulamentação da ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimentos, que é a entidade representante as instituições financeiras que

operam no mercado de capitais. De acordo com o código, o profissional financeiro deve ser objetivo na prestação de serviços profissionais aos clientes. Que requer honestidade intelectual e imparcialidade, agindo de acordo com o interesse do cliente, focando o cliente (ANBID,2006).

Os ativos que compõem a carteira de um fundo de investimento não são propriedades da instituição financeira, e sim de todos os clientes chamados também de cotistas. Havendo também a segregação dos recursos próprios do fundo e dos seus investidores. Essa segregação é conhecida como "chinese wall". Ou seja, as aplicações realizadas pelo Banco do Brasil, estão segregadas das aplicações realizadas pela BrasilPrev. O mesmo acontece entre o Bradesco e a Bradesco Vida e Previdência já que consistem em empresas distintas com CNPJ próprios (ANBID,2006).

Fica claro portanto, as limitações que acontecem nos planos PGBL. Onde, o PGBL Soberando, aplica 100% dos ativos em títulos públicos, o Renda Fixa aplica 100% em títulos de renda fixa públicos ou privados. Sobre o PGBL Composto, existe um percentual de até 49% a ser aplicado em renda variável. Os ganhos devem ser bem maiores, mas o risco também. Com isso, sacar recursos do PGBL em pouco tempo pode proporcionar um grande prejuízo. Além de haver a incidência de imposto de renda sobre os rendimentos, há também sobre o capital que foi depositado pelo cliente. Sendo esse tipo de produto, indicado para investidores de longo prazo e que declaram imposto de renda pelo modelo completo (ANBID,2006).

4.1 A IMPORTÂNCIA DA PROGRAMAÇÃO DA APOSENTADORIA

O primeiro procedimento que se deve ter para programar a aposentaria, é saber se o valor que ficará recebendo do Estado será suficiente para manter o mesmo padrão de vida que existia na ativa. É interessante com isso, que seja feito um levantamento dos gastos para que realize uma programação correta e que essa atenda no futuro as expectativas do contribuinte.

Para buscar uma programação ideal, o contribuinte deve levar em consideração se no decorrer do tempo questões patrimoniais e financeiras tende a consideráveis modificações já que se trata de situações de longo prazo. Diante disso, o importante é começar a economizar o quanto antes, de preferência mensalmente para que os juros sejam capitalizados com mais freqüência.

Além da escolha para o período das contribuições, outro fator importante é a disciplina. Ou seja, os contribuintes devem ter bem esclarecido que a previdência privada não tem a mesma finalidade da poupança. Pois, a previdência está voltada para assegurar um maior conforto na aposentadoria, havendo perdas financeiras consideráveis caso o saque seja feito no curto prazo. Já a poupança, é voltada para a compra de bens, ou mesmo para atender as emergências. O ideal, é que se tenham os dois e com a total clareza de suas respectivas utilidades.

4.2. A SEGURANÇA DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Com certeza, o quesito segurança é o que mais preocupa os contribuintes que estão adquirindo um plano de previdência privada. Ainda é possível recordar que nos anos 70 vários montépios faliram, não ressarcindo os seus colaboradores. Mas, desde 1977, como já comentado anteriormente, devido a nova legislação, vários estudiosos no assunto afirmam que seja bastante improvável quebras de seguradoras nos dias atuais. Já que, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP exige que as seguradoras tenham reservas para cobrir o pagamento dos benefícios e seguros e fiscaliza não só a composição dessas reservas, mas também a aplicação delas. (ANAPP).

Mesmo não sendo muito provável, recomenda-se aos contribuintes estarem atentos a saúde da empresa em que investiu. Não apenas no que se refere a questão financeira, mas também ao risco de gestão da carteira dos planos. Com isso, sendo um contribuinte conservador ou moderado este não irá contribuir com planos em que o gestor têm a autorização de aplicar percentual das reservas desses planos em ações, mercado de câmbio ou em qualquer outro fundo de investimento com maiores riscos. Daí a grande importância do conhecimento também na forma de gestão dos planos. Essa questão dos fundos de investimentos junto aos planos de previdência privada, foi comentado no capítulo 2.

Por fim, na busca de garantir o máximo de segurança no investimento, com o objetivo de minimizar possíveis perdas, deve haver a diversificação das aplicações.

4.3. ESCOLHENDO ONDE INVESTIR:

É de extrema importância o conhecimento do contribuinte de saber de quanto pode investir. Feito isso, ele sabe qual o seu perfil, o que permite então a escolha do banco ou seguradora que melhor atende as suas expectativas. É um passo bastante importante por se tratar de um futuro onde o contribuinte irá entregar à instituição a poupança destinada a complementar a aposentadoria.

Diante disso, o quesito solidez tem peso e estimula as instituições do mercado de previdência privada já que, o consumidor desse mercado não é diferente do consumidor de outros setores da economia. Visto que, são exigentes em relação aos produtos, preços, serviços e informações que a instituição contratada pode oferecer (UCHÔA, 2005:27).

Ciente das obrigações para com os clientes, seguradoras e bancos devem ousar no que se refere ao marketing, ao fortalecimento da marca, a um canal segmentado com os clientes e as informações necessárias que devem ser passadas a esses.

A marca representa o conjunto de valores abstratos resultantes da interpretação feita pelo público. Se o consumidor acha uma empresa “tradicional” ou “moderna”, esse valor abstrato constitui a essência da marca. A abstração pode ser deduzida de uma avaliação individual ou coletiva dos diversos contatos que o cliente mantém com seus produtos, funcionários,

canais de atendimento e comunicação. (Lourivaldo júnior, gerente de divisão na Unidade de Estratégia e Organização da BrasilPrev).

Se tratando da BrasilPrev, que se encontra no mercado desde 1993, totalmente ligada a solidez do Banco do Brasil, têm o seguinte comentário:

As agências do Banco do Brasil possuem um trabalho agressivo de vendas, por meio de metas audaciosas, após um treinamento em técnicas de vendas do produto em questão com os funcionários. Consideramos dois fatores principais para que a BrasilPrev esteja bem no do ranking do mercado de previdência que são: 1) as demais instituições como o Bradesco vida e previdência e a Itaú previdência, estão no mercado cerca de 10 anos a mais que a BrasilPrev. 2) Estas trabalham com corretores externos terceirizados, treinados para as vendas dos planos de previdência fora das agências bancárias. Para subrir essa deficiência, a BrasilPrev juntamente com o Banco do Brasil esta ousando em tecnologia, preços e qualidades dos produtos. (Wilson Bonifácio, gerente da agência Potiguar).

4.4. CONCORRÊNCIA, ESTRATÉGIA COMPETITIVA E DIVERSIFICAÇÃO:

O processo de concorrência é contínuo, onde novos concorrentes podem entrar no mercado a qualquer momento, modificando com isso a estrutura existente. O que torna a concorrência dinâmica é o fato de que cada novo concorrente organiza as suas estratégias tendo como objetivo ganhar mercado. Entretanto, as empresas que não conseguirem se sobressair perderão espaço ou poderá até mesmo ser eliminada (UCHÔA,2005:21).

A renovação constante dos produtos oferecidos pela empresa é um aspecto fundamental para o processo de concorrência. Pois, com esse processo, são criadas as vantagens competitivas, onde essas são importantes

e se caracterizam pelo processo produtivo. Essas vantagens devem ser renovadas já que, o processo seletivo é contínuo. (POSSAS, 1999).

A concorrência em preço era a atração antes do processo de destruição criativa. No entanto, com a introdução desse processo a concorrência em qualidade, esforço de vendas e propaganda, passaram a ser fatores essenciais do processo de concorrência gerando um novo perfil desse processo, ficando a concorrência em preço em segundo plano. (SCHUMPETER, 1984).

A concorrência surge como um processo de competição pela aquisição de poder de compra e valorização do capital, onde as empresas utilizam mecanismos de estratégias de concorrência como a diferenciação de produtos, igualação ou desdiferenciação, renovação constante das diferenças e possibilidades de aliança. (POSSAS, 1999).

Como qualquer outra empresa, os bancos também procuram singularizar-se uns em relação aos outros pela construção de uma imagem de experiência, de tradição e de solidez; pela utilização agressiva de técnicas de marketing, pela qualidade de suas equipes operacionais; pelas informações "privilegiadas" obtidas nos seus relacionamentos escritos e contínuos com a sua clientela, pelo desenvolvimento de novos instrumentos e práticas financeiras que correspondem às necessidades de seus clientes. (FREITAS, 1997).

No ambiente seletivo do mercado existem as maneiras de enfrentar a ameaça dos concorrentes que são: 1) as necessidades de investimento contínuo em áreas de atuação já existentes para que as empresas se mantenham atualizada em seu campo mercadológico e com isso continuar a

ocupar uma posição firme no mercado, enfrentando a concorrência. 2) o esforço nas vendas por meio de estratégias de marketing e propaganda. 3) a considerável importância de uma boa base tecnológica, uma vez que as empresas que não possuem essas características dificilmente conseguirão entrar em um novo mercado. (PENROSE, 1959)

A diversificação na linha dos produtos é também uma maneira de destaque no processo competitivo, pois a idéia é que a linha de produtos atenda a maior parte dos consumidores possível e de todos os segmentos. Essa diversificação é utilizada como recurso geral de crescimento sob a possibilidade de obter lucros a longo prazo. Daí a importância do canal segmentado já citado anteriormente.

4.5. O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 NO MERCADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BRASILEIRO E SUAS EXPECTATIVAS:

O capitalismo financeiro vivencia a grave crise de liquidez, com ênfase na economia americana, que concentra o maior PIB do planeta e vem enfrentando falências de bancos e fundos de investimentos.

O impacto da crise financeira no mercado de previdência privada do Brasil, ainda não está confirmado em valores absolutos. Até por que no Brasil, os planos não possuem 100% de suas aplicações em investimentos de renda variável como acontece nos Estados Unidos. Mesmo assim, com certeza, haverá no mercado algum impacto resultante dessa crise. Mas, nada que seja comparado ao que aconteceu na previdência privada dos Estados Unidos que em períodos de turbulência do mercado de capitais, os investidores individuais

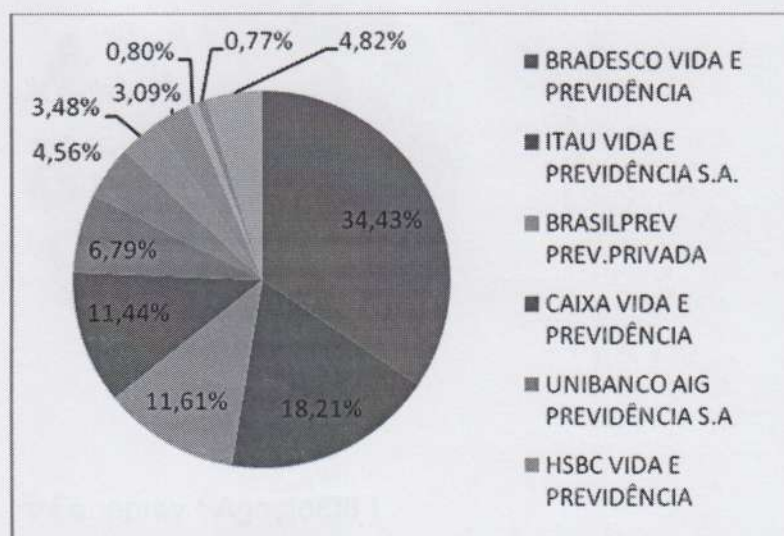
tendem a acompanhar os grandes negociadores da bolsa e buscar um porto seguro nos títulos públicos do Tesouro norte-americano. (SEGS Portal nacional, Out / 2008).

O fato de não ser aplicado até 100% nos títulos com renda variável, garantem mais estabilidade às aplicações mesmo em tempos de crise já que a grande parte das reservas dos bancos e seguradoras estão aplicados em títulos de renda fixa. A crise que gerou falências em grandes bancos nos Estados Unidos pode favorecer de certo modo ao consumidor brasileiro que estão prestes a aderir um plano de previdência privada para que esse aplique certo, em instituições com credibilidade e estabilidade nesse mercado.

Há alguns anos, o ranking da previdência privada no Brasil possuem instituições sólidas como o Banco do Brasil, Bradesco e Itaú em suas primeiras colocações, conforme pode ser visto no próximo gráfico.

Ranking da arrecadação da Previdência Privada no Brasil até Agosto/2008, gerando uma receita de R\$ 2.299.027.000.

Gráfico 2 – Ranking Previdência Privada

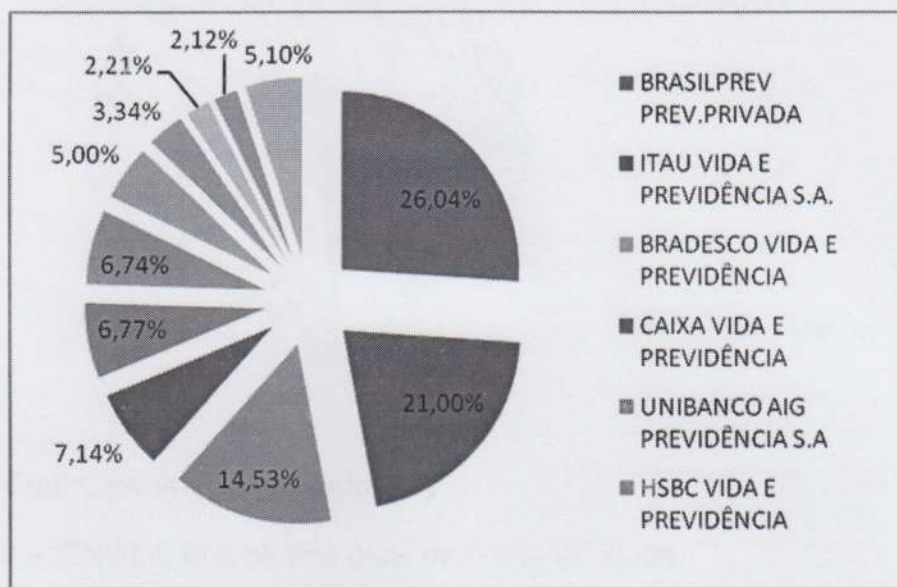


Fonte: Fenaprev

O gráfico anterior demonstra uma visão geral do mercado. Entretanto, para se ter uma visão mais detalhada do setor, serão demonstrados gráficos, os valores sobre os respectivos planos de previdência mais utilizados.

Gráfico 3 – Ranking dos planos PGBL

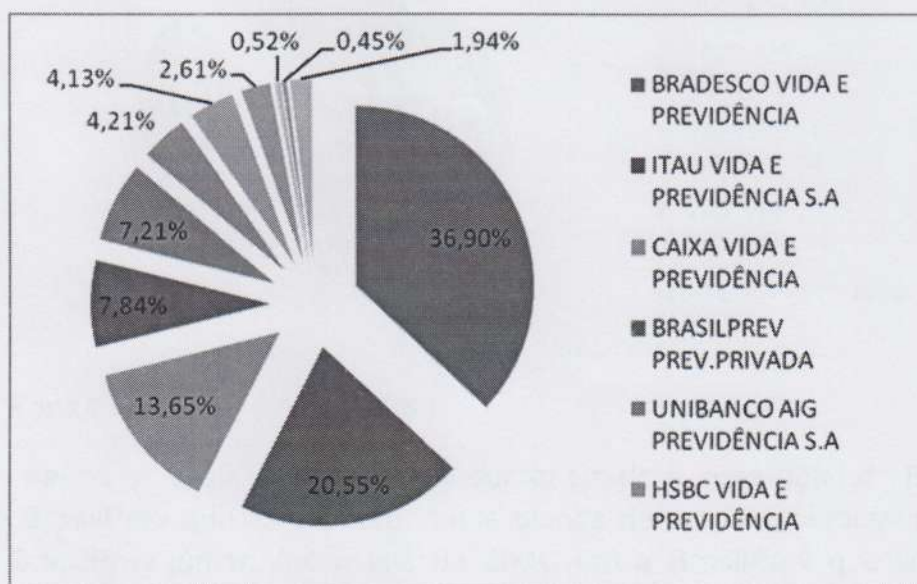
Total da receita R\$ 338.692.000



Fonte: Fenaprev (Agosto/08)

Gráfico 4 – Ranking dos planos VGBL

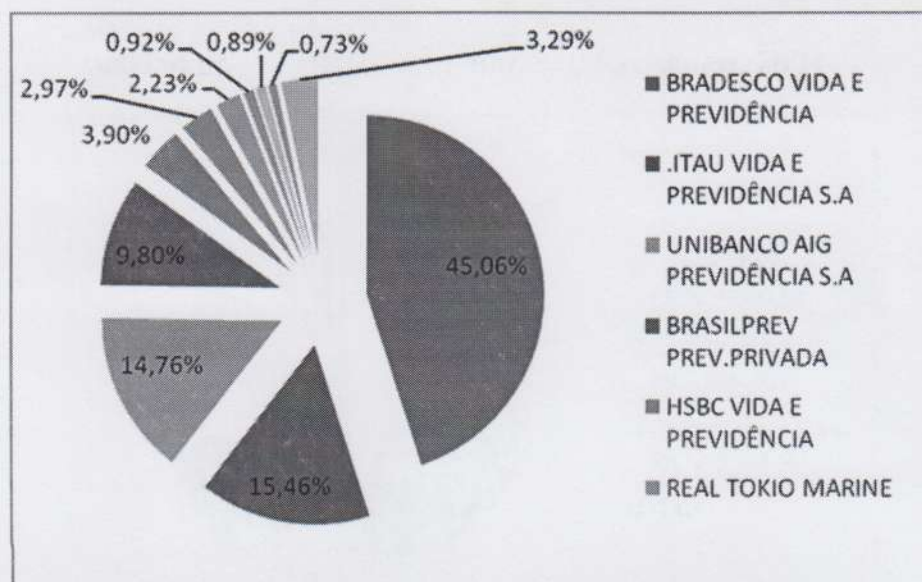
Total da receita R\$ 1.719.511.000



Fonte: Fenaprev (Agosto/08)

Gráfico 5 – Ranking dos planos Empresariais

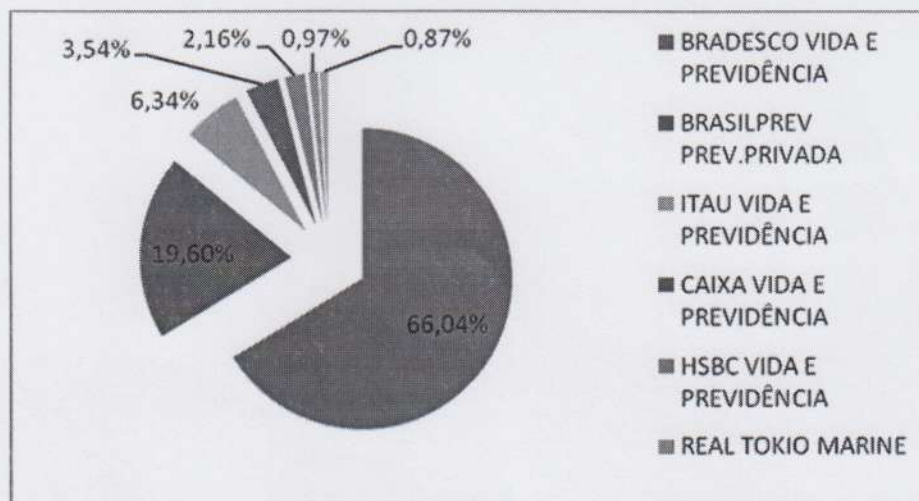
Total da receita R\$ 323.566.000



Fonte: Fenaprev (Agosto/08)

Gráfico 6 – Ranking dos planos para menores de idade

Total da receita R\$222.605.000.

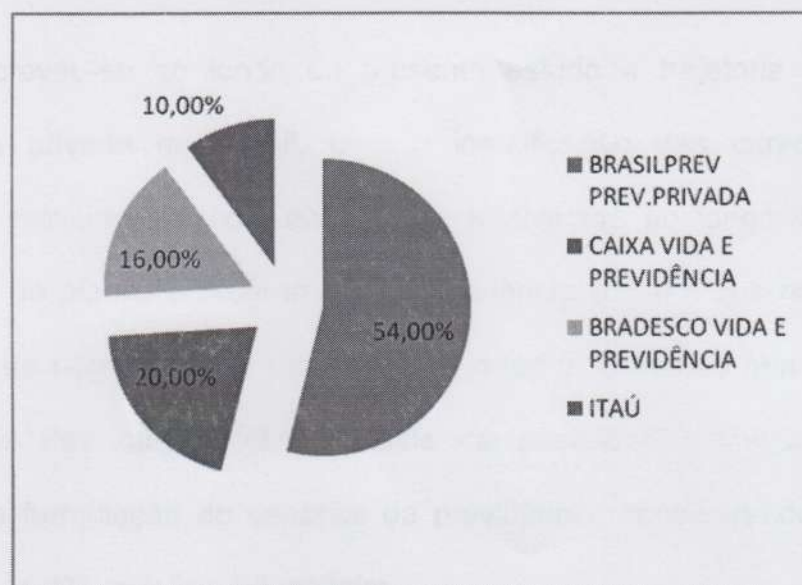


Fonte: Fenaprev (Agosto/08)

Com os dados do gráfico anterior, fica demonstrado a superação do Bradesco sobre a BrasilPrev que foi a pioneira nos planos de previdência infantil com o planos BrasilPrev júnior. Até o ano de 2004, era a BrasilPrev que liderava o setor incontestavelmente. Porém, no decorrer do tempo, o Bradesco foi conquistando o espaço também nesses planos. Essa conquista, foi proveniente

ao uso de determinadas vantagens competitivas, pelo fato também de atuar há 28 anos no mercado, ao contrário da BrasilPrev que possui 15 anos, como também a terceirização dos seus corretores que buscam os clientes onde eles estejam, com o intuito de demonstrar sempre a esses a credibilidade do Bradesco.

Gráfico 7 – Ranking dos planos para menores de idade em 2004.



Fonte: ANAPP

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descreveu-se ao longo do presente estudo a trajetória histórica da previdência privada do Brasil, com a identificação das características e categorias estruturais e conjunturais que motivaram, ao longo do tempo, a formulação de planos e programas da previdência social e que resultaram na aprovação de normas e leis voltadas para o tema. O estudo permitiu ainda a identificação das características atuais da previdência privada, as quais permitem a formulação de cenários da previdência, considerando a crise de liquidez do atual capitalismo financeiro.

Com base no referencial teórico visto anteriormente, se confirma que as modificações na estrutura etária do Brasil, o baixo crescimento econômico, o alto índice de sonegação fiscal, as modificações no mercado de trabalho e principalmente as alterações no sistema previdenciário brasileiro com a Constituição de 1988, foram às principais causas para a crise atual da Previdência Social do Brasil.

Porém, o crescimento do setor não aconteceu somente a partir das causas mencionadas no parágrafo acima. Pois, aspectos relacionados à estratégia competitiva, a diversificação dos planos, de comercialização, marketing e capacitação dos funcionários e ao processo de concorrência utilizada pelas empresas deste setor, foram e continuam sendo fundamentais para a continuidade do crescimento da Previdência Privada.

As demonstrações do bom desempenho do setor nos últimos anos, demonstram que o brasileiro está percebendo cada vez mais que precisa economizar para a aposentadoria, mesmo que esse investimento só venha a ser utilizado a longo prazo. Ou seja, os brasileiros estão vendo que investir para complementar a renda no futuro é uma necessidade que não é delegada a segundo plano, e que a aposentadoria não precisa ser uma etapa ruim da vida. Basta somente, planejamento e disciplina.

A respeito do cenário atual é que mesmo com a crise norte-americana, acredita-se que previdência privada brasileira, não demonstrará prejuízos em seus números em virtude do perfil cauteloso e até um pouco conservador dos investimentos com as aplicações dos planos de previdência. Sobre o futuro, o plano de previdência privada terá a mesma importância no orçamento do brasileiro que a educação privada, que os planos de saúde já que a tempos o Estado deixa a desejar nesses dois setores.

Espera-se também, que os contribuintes estejam sempre atentos na hora de investir nos planos de previdência e com isso minimizar riscos, escolhendo de forma coerente as instituições que irão receber as contribuições e observando a credibilidade, a atuação dessa no mercado e sua situação financeira. Sobre as instituições, que essas invistam com ética as aplicações dos contribuintes, nos investimentos corretos, de acordo com os perfis dos planos, evitando com isso prejuízos e transtornos para os contribuintes.

Ressalta-se, por fim, que o presente estudo destaca que o elevado crescimento da previdência privada decorre, além da falência da previdência social, de mudanças de perfis das demandas individuais e agregadas, de

médio e longo prazo. Essas demandas são motivadas pela renda dos consumidores bem como pelos retornos de longo prazo que os planos de previdência agregam às pessoas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. Disponível no site <http://www.anapp.com.br>. Acesso em 07 de Agosto de 2008.

BANCO DO BRASIL. Disponível no site <http://www.bb.com.br>. Acesso em 21 de Outubro de 2008.

Bradesco Vida e Previdência. Disponível no site <HTTP://www.bradesco.com.br>. Acesso em 21 de Novembro de 2008.

BRASILPREV. Disponível no site <http://www.brasilprev.com.br>. Acesso em 20 de Setembro de 2008.

DEL CARO, Luciana. **Aposentadoria feliz e com dinheiro**. *Revista você s/a*. São Paulo, dezembro.2004.

FENAPREV. Disponível no site <http://www.fenaprev.com.br>. Acesso em 01 de Novembro de 2008.

FREITAS, Cristina Penido. **A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira**. Campinas: Unicamp, 1997.

GAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Caludia. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Disponível no site <http://www.inss.gov.br>. Acesso em 21 de agosto de 2008.

PENROSE, Edith. **A teoria da firma**, Madri, Aguillar, 1959.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível no site <http://www.previdenciasocial.gov.br>. Acesso em 13 Agosto de 2004.

POSSAS, Sílvia. **Concorrência e Competitividade**: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista. São Paulo: Hucitec, 1999.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2001.

RUSSOMANO, Mozart Victor, **curso de previdência social**, Editora Forense, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SOARES, Alessandro. **Marcas que marcam**. *Revista bb.com.você*. São Paulo, n 28, set/out. 2004.

SHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

UCHÔA, Lidianne Alves. **O crescimento do setor de Previdência Privada no Brasil entre 2001 e 2004: Um estudo sobre a empresa BrasilPreV.**, 2005.